

DECISÃO RECURSAL, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

1.Recurso ao DREI nº 14021.007915/2025-79

Processo JUCEPAR nº PRB2400901950

Recorrente: Ricardo Zvolinski Bomgiorno

Recorrido: Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

I. Decisão administrativa que indeferiu o arquivamento do Contrato Social da empresa Universo Ativa Ltda.

II. Exigência da JUCEPAR para a exclusão do condomínio de quotas.

III. Possibilidade de cotas em condomínio entre cônjuges casados em comunhão parcial de bens.

IV. Recurso provido. Pelo arquivamento do Contrato Social.

V. Providências sistêmicas necessárias.

(...) **CONHECIMENTO** e **PROVIMENTO** do presente recurso, determinando que a JUCEPAR proceda ao arquivamento do contrato social da empresa **Universo Ativa Ltda.**, com o devido reconhecimento da validade do condomínio de quotas entre os cônjuges, nos termos apresentados. Tal providência deverá ocorrer desde que sejam atendidas as exigências legais aplicáveis quanto à identificação dos condôminos e à representação do condomínio perante a sociedade, assegurando-se, ainda, o registro do ato societário, independentemente de eventuais limitações técnicas impostas pelo sistema **Coletor Nacional**, o qual, convém destacar, deverá ser revisitado a fim de melhor refletir a regra jurídica negocial ora em análise.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

2.Recurso ao DREI nº 14021.069209/2025-11

Processo JUCESP nº 151.00003779/2024-40

Recorrente: Carlos Henrique de Araújo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP

I. Recurso contra decisão que cancelou o arquivamento do ato nº 352261/10, de 04/10/2010, da sociedade Flex Proteção de Ambientes Ltda, em razão de certidão de óbito apresentada pela RFB.

II. Alegação de que a referida certidão se refere à homônimo.

III. Recurso ao Plenário interposto intempestivamente, não preenchendo os requisitos de admissibilidade.

IV. Nos termos do art. 123, § 2º-A, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, incluído pela IN DREI nº 01/2024, a inexistência de decisão plenária inviabiliza o cabimento de recurso ao DREI.

V. Recurso NÃO CONHECIDO.

NÃO CONHECIMENTO do recurso interposto, com fundamento no art. 123, § 2º-A, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, incluído pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024, tendo em vista a ausência de decisão plenária na Junta Comercial de origem.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

3.Recurso ao DREI nº 14021.019323/2025-08

Processo JUCERJA nº 23/107.381-0

Recorrente: Edson Marcos Monreal Serpa

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Distrito Federal - JUCISDF

I. Decisão que autorizou o arquivamento da 48ª Alteração Contratual da SERSAN – Sociedade de Terraplanagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda., a qual trata da destituição de administrador não sócio, com base em poderes conferidos ao sócio majoritário.

II. Alegação de vício de representação e ausência de legitimidade do inventariante do espólio do sócio majoritário falecido, por não haver prévia regularização da administração da sócia pessoa jurídica Construtora e Incorporadora Serna Ltda.

III. Decisão Judicial superveniente que removeu de ofício o inventariante.

IV. Recurso Conhecido e Provido.

CONHECIMENTO e PROVIMENTO do recurso administrativo interposto por Edson Marcos Monreal Serpa, cancelando o arquivamento da 48ª Alteração Contratual da empresa SERSAN - SOCIEDADE DE TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO CIVIL E AGROPECUÁRIA LTDA, tendo em vista decisão judicial proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal em 05/08/2025, que expressamente limitou os poderes do inventariante e vedou a prática de alterações societárias sem autorização judicial, nos termos do art. 619 do CPC/2015.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).